

Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal*

1.ª PARTE

ALGUMAS DISPOSIÇÕES E TENDÊNCIAS SIMBÓLICO-IDEOLÓGICAS DAS CLASSES CAMPONESAS

1. INTRODUÇÃO

A análise do espaço social rural das sociedades capitalistas — isto é, a análise das suas *transformações* — não deve perder de vista dois princípios teórico-metodológicos fundamentais:

- a) O da efectiva subordinação económica, política, cultural e ideológica desse espaço à lógica de funcionamento da sociedade global, o que

* Do presente texto (que foi elaborado entre Maio e Julho de 1981) constam algumas passagens retiradas de dois anteriores trabalhos do autor: «Condição camponesa e abstenções», in *Praxis*, n.ºs 9/10, AEFEP/Cooperuni, Porto, 1980, e «Sobre as práticas simbólico-ideológicas do campesinato em Portugal», comunicação ao seminário internacional *Agriculturas de la Europa Mediterránea: los Hombres y el Trabajo*, Madrid, Maio de 1981. Tal não impede que ele seja, no essencial, um texto novo.

Só depois de haver concluído a redacção deste texto tive acesso ao trabalho de Luís de França *Comportamento Religioso da População Portuguesa* (Moraes Editores/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, 1981), uma obra que, pelos volume e qualidade de informação que contém, passará a constituir referência insubstituível em estudos sobre a temática em causa.

Embora os elementos fornecidos no referido trabalho não infirmem nenhuma das propostas interpretativas que avancei no artigo, não há dúvida de que algumas destas ganhariam em especificação se daqueles tivesse podido dispor a tempo.

O grau de conformismo religioso das populações de Penafiel, por exemplo, pode ser aferido, no trabalho a que estou aludindo, através de um conjunto de indicadores mais amplo do que o que aqui utilizei. Entretanto, o facto de, com base na metodologia adoptada, Luís de França integrar o concelho de Penafiel numa «área homogénea» definida por «prática religiosa muito alta, muito estável e muito boa estrutura eclesiástica» e, dentro desta, no escalão inclusivo dos 14 concelhos com mais elevados índices de comportamento religioso no conjunto dos 274 existentes no continente, não só em nada contraria a caracterização genérica das dinâmicas religiosas do concelho de Penafiel que propus, como, por outro lado, torna ainda mais aliciantes certos aspectos da análise efectuada.

- implica que se pressuponha a existência de relações sociais *anti-simétricas*, e não meras complementaridades orgânico-funcionais, entre os pólos rural e urbano-industrial das formações sociais capitalistas;
- b) O da irredutível «espessura» social, histórica e sincronicamente considerada, do «mundo rural», o que, por seu turno, exige que se tenham em conta os traços restitutivos da *especificidade material* das suas formas, relações e processos sociais predominantes.

O enunciado das *funções* que, por intermédio dos seus recursos físicos, estruturas produtivas, modos de vida e valores característicos, o espaço social rural tem desempenhado no processo de desenvolvimento capitalista à escala nacional e mundial permite identificar os principais vectores através dos quais se concretiza aquela subordinação. Chamemos-lhes funções externas do espaço social rural:

- a) Fornecimento de bens alimentares às populações e de matérias-primas a indústrias localizadas a jusante da produção agrícola, a preços compatíveis com a contenção dos valores da força de trabalho e do capital constante;
- b) Reserva de força de trabalho produzida a baixo custo, que tem sido transferida para os sectores produtivos não agrícolas sob a forma de migrações definitivas, temporárias, pendulares ou erráticas;
- c) Reserva de espaço físico, utilizada quer para a implantação de equipamentos industriais e o alargamento do tecido urbano (com eventual retracção do próprio espaço agrícola produtivo), quer para a delimitação de «zonas verdes» para recreio das populações urbanas;
- d) Funções político-ideológicas de conservação da ordem social, mediante a aliança táctica ou explícita de largas fracções do camponato com as classes dominantes dos campos e de sede urbana, tanto em períodos de aguda conflitualidade social, como, mesmo, a pretexto de normais competições eleitorais¹.

Vários indicadores revelam, de forma quantificada, o carácter dependente do espaço rural: quer digam respeito a níveis médios de rendimento e de consumo ou à importância dos equipamentos colectivos e domésticos, quer retenham o nível de instrução das populações ou a intensidade dos fluxos de atracção/repulsão demográfica, em todos os casos os números apontam, de facto, para uma persistente e irreversível hipotrofia do «mundo rural» no sistema social em que se insere. Entretanto, outros argumentos de ordem predominantemente qualitativa, tais como os que denunciam a progressiva transferência de poderes de decisão económica dos campos para os centros de gestão e planificação das esferas industrial, comercial e financeira (ou, mais latamente, a tendência para uma integral heterogestão dos recursos físicos, económicos — incluindo a força de trabalho — e mesmo simbólicos do espaço rural), revelam, com não menor dramatismo, a natureza e o alcance daquela dependência.

Insistamos, porém, num ponto: sendo verdade que a dinâmica social nos campos tem de ser equacionada sem omitir a sua articulação com os

¹ Cfr., a propósito desta sistematização, João Ferreira de Almeida, «Sobre a monografia rural», in *Análise Social*, n.º 52, Lisboa, GIS, 1977.

processos sociais de lógica urbano-industrial que se desenham à escala da sociedade global, não é menos certo que o ritmo e a configuração daquela dinâmica não são alheios à especificidade das formas e equilíbrios sociais que persistem (e resistem) no espaço rural. Três grandes blocos de características permitem, quanto a nós, circunscrever tal especificidade:

- a) Dependência em relação aos processos naturais e estreita ligação ao espaço local de grande parte dos agentes sociais que habitam nos campos, o que, no mínimo, deve obrigar o sociólogo rural a prestar grande atenção à natureza dos processos de trabalho na agricultura, aos constrangimentos impostos pela distância física no plano da sociabilidade e à importância, nas colectividades rurais, de práticas com fundamento e expressão espaciais;
- b) Persistência do grupo doméstico enquanto unidade de produção, consumo e residência, o que, evidentemente, levanta toda a problemática da racionalidade camponesa e da específica violência das técnicas de socialização de âmbito familiar, mas, por outro lado, não deve fazer esquecer as contradições decorrentes da situação de trabalhador não remunerado e de alguma incompatibilidade entre trabalho familiar e escolarização;
- c) Importância das relações de interconhecimento na configuração dos principais processos sociais locais, o que, se não dispensa a análise dos fundamentos económicos da entajada e das solidariedades de vizinhança e uma remissão para os traços anteriormente retidos, deve igualmente motivar uma indagação acerca das características particulares de que se reveste, nas colectividades rurais, o conhecimento prático *recíproco* do modo diferencial como os agentes sociais produzem e atribuem sentido e se comportam (o *interhabitus*, dir-se-ia) ².

Iremos ocupar-nos, no presente texto, das funções político-ideológicas de conservação da ordem social normalmente imputadas ao campesinato, procurando mostrar, com o apoio de informações empíricas respeitantes à realidade social portuguesa, que:

- a) Para explicar a génese e o funcionamento do sistema de disposições e operadores prático-simbólicos em que se baseiam certos comportamentos e posições ideológicas tradicionais das classes camponesas é necessário levar a sério o conjunto de determinações que conferem especificidade ao espaço social rural, muito especialmente os que dizem respeito aos processos de trabalho e às relações de produção característicos da economia camponesa;
- b) No conjunto das instâncias de socialização que tendem a reforçar certas disposições e automatismos de sentido conservador das classes camponesas destaca-se a Igreja, para isso contribuindo decisivamente o facto de o efeito ideológico de naturalização/sacralização das

² Para uma análise mais aprofundada deste conceito, que evidentemente se filia no de *habitus*, ele próprio desenvolvido por Pierre Bourdieu e outros investigadores do Centre de Sociologie Européenne, ver José Madureira Pinto, «Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em colectividades rurais», in *Análise Social*, n.º 66, Lisboa, GIS, 1981.

hierarquias sociais que está intrinsecamente associado ao discurso religioso e à acção pastoral dominantes encontrar nos campos receptores com forte propensão espontânea para a procura de bens de salvação;

- c) Dado que conservadorismo e conformismo religioso estão associados, nos esquemas de percepção, avaliação e acção das classes camponesas, a sensíveis predisposições para a auto-exclusão perante as dinâmicas políticas propriamente ditas, só com algumas precauções teóricas podem os dados da sociografia eleitoral ser utilizados como indicadores das disposições e posições ideológicas do campesinato;
- d) É o próprio desenvolvimento das funções económicas externas do espaço rural que, por intermédio das transformações impostas na estrutura de situações de classe e nos sistemas de *habitus* das respectivas populações, tende a subverter o alcance das funções político-ideológicas tradicionais dos campos, bem como, paralelamente, a coesão e o sentido global de alguns dos seus equilíbrios sociais (em especial os que se apoiam nos sistemas de divisão de trabalho e de autoridade intrafamiliares e nas solidariedades de vizinhança).

2. CONDIÇÃO CAMPONESA, RELIGIOSIDADE E RELAÇÃO COM A POLÍTICA

Vários determinismos da vida social nos campos, e em particular os que se referem à sua dimensão simbólica, são, pois, imputáveis ao primeiro bloco de características através das quais procurámos definir a especificidade do espaço social rural. É a própria índole do trabalho agrícola que merece, a este propósito, menção especial.

Trabalho realizado quase sempre ao ar livre, o que desde logo o sujeita a importantes contingências de ordem meteorológica, sempre largamente incontrolláveis, nunca as funções que lhe cabem na produção deixam de ser tão-só complementares relativamente a complexos processos biológicos e físico-químicos, também eles submetidos àquelas contingências e dependentes de ritmos cósmicos não menos imperativos e incontrolláveis.

Apesar disso (ou por causa disso), é considerável a importância que nele assumem a intensidade do esforço físico despendido pelo produtor directo, o nível e a polivalência dos seus conhecimentos técnico-práticos sobre os meios e processos de trabalho, a sua capacidade de organização e direcção dos actos produtivos.

Quando a natureza de certos sistemas de culturas dificulta a mecanização das tarefas — e já se sabe que a propensão ao investimento em capital técnico na agricultura depende, além disso, de circunstâncias eminentemente sociais —, é elevada a probabilidade de a relação imaginária dos produtores com a qualidade e quantidade dos produtos da terra prever como únicos factores de que estas dependem a intensidade do esforço despendido (imputada às características idiossincráticas dos produtores) e as contingências da natureza (imputadas, por seu turno, a causas últimas de ordem sobrenatural, vividas como dádivas ou punições divinas).

Em regime de economia camponesa, a *ética do trabalho* e a *forte propensão para visões sacralizadas sobre o universo* que resultam daquele tipo de relação imaginária adquirem, em princípio, particular relevância.

Sabe-se, com efeito, a importância que nesta forma de organização económica e social da agricultura assumem quer o recurso ao trabalho dos membros do agregado familiar ligado às explorações, quer a parcela da produção final que é destinada a autoconsumo do mesmo agregado. É que, de acordo com uma racionalidade espontânea para cuja especificidade Chayanov insistentemente chamou a atenção, a actividade do grupo doméstico não cessa, em princípio, enquanto não forem satisfeitas as necessidades de subsistência da totalidade dos seus membros, mesmo que, como é frequente, seja já reduzido e decrescente o rendimento do esforço marginal despendido.

Quanto à religiosidade espontânea que, de um modo geral, fizemos decorrer das características dos processos de trabalho na agricultura, dir-se-á que a mesma se acentua aqui por força da retracção generalizada que em economia camponesa se verifica no recurso ao mercado de factores, com as suas consequências em termos de incidência de capital técnico nas explorações: a experiência do carácter fecundante da terra, associada a todas as formas de agricultura, remete, de modo particularmente sensível no imaginário do campesinato, para um processo invisível e largamente incontrolável, na medida em que, seja qual for a intensidade do trabalho despendido, depende sempre de circunstâncias naturais tecnicamente insuperáveis ou de contingências «sobre-humanas».

Como se compreende, esta procura directa de bens de salvação será tanto mais elevada quanto menor for o grau de visibilidade social dos mecanismos que sustentam, no «exterior» do espaço de sociabilidade das colectividades, o «destino» camponês. E, assim, se, de um modo geral, a autarcia económica e social tende a reforçar tal propensão — ao comprometer o exercício da elementar operação intelectual de comparação, requisito indispensável à descoberta, ainda que implícita, dos reais fundamentos das formas sociais —, verificar-se-á o inverso sempre que nas colectividades camponesas se intensifiquem sensíveis tensões centrífugas e, de um modo geral, anti-isolacionistas, através dos mecanismos da circulação mercantil, da transferência geográfica de força de trabalho oriunda dos campos, do próprio alargamento do tecido urbano-industrial, etc.

Mesmo neste caso, porém, a dificuldade de identificação precisa dos agentes e mecanismos geradores do complexo *handicap* social do campesinato — característica imposta pelo tipo de submissão do trabalho ao capital aqui implicado e que adiante aprofundaremos — atenuará a tendência para substituir, no plano simbólico, a lógica do sobrenatural por uma lógica, ainda que elementar, das razões *sociais* desse *handicap*.

A questão merece ser desenvolvida, pois com ela se relacionam dois outros traços do sistema de disposições prático-simbólicas do campesinato: o conservadorismo e a auto-exclusão em face dos mais elementares mecanismos decisórios da acção política.

Com um sector em que predominam relações de produção propriamente capitalistas (submissão real) tem coexistido, pois, no espaço rural, de modo durável, um sector de economia camponesa onde persistem formas e relações técnicas e sociais de produzir envolvendo a não separação do produtor directo relativamente aos meios de produção (não especificamente capitalistas, portanto: submissão formal), sem com isso se pôr em causa a lógica de reprodução do capital de sede urbano-industrial, por força e intermédio, sobretudo, dos mecanismos de mercado a montante e a jusante da produção.

A específica dissimulação, junto dos produtores directos, do lugar (dominado) que ocupam na divisão social do trabalho, a qual resulta da exterioridade das formas e agentes da dominação do capital relativamente ao processo produtivo imediato, tem inevitáveis e importantes consequências no plano ideológico: vivendo a sua objectiva submissão, sob a forma de uma gratificante independência, a que igualmente não serão estranhos os constrangimentos impostos pela distância física e o carácter tendencialmente não cooperativo dos processos de trabalho correntes em agricultura — dois traços específicos do espaço social rural determinando a atomização geográfica dos produtores —, o campesinato tende, como diz Claude Faure, a encarar as relações que estabelece com o resto da economia «como um 'quadro fixo' que lhe não cabe pôr em causa, tanto mais que se considera largamente exterior a ela»³.

As contingências da produção agrícola, potenciadas, como dissemos, em economia camponesa, por uma generalizada retração no recurso ao mercado de bens de capital técnico, conjugam-se, pois, nestas circunstâncias, com uma objectiva incapacidade para perceber e avaliar os mecanismos sociais de que depende a sobrevivência da exploração e do agregado familiares (nomeadamente os do mercado dos produtos agrícolas) — e com uma assumida impotência para neles intervir —, por forma a configurarem um conjunto de condições de existência vividas sob uma permanente atmosfera de risco e um sistema de disposições e automatismos de índole essencialmente conservadora.

Sabe-se como o recurso à entreaajuda actuou historicamente, nos campos, como forma de compensação para as contingências naturais e sociais (vivas, pois, frequentemente como sobrenaturais) a que estava submetida a condição camponesa; mas também não se ignora que o próprio desenvolvimento do capitalismo, introduzindo no espaço rural uma racionalidade económica cada vez menos compatível com uma «contabilidade» organizada em termos de custos e benefícios colectivos e um sistema de oposições de classe potencialmente desintegrador das solidariedades de vizinhança, foi dissolvendo/transformando aqueles mecanismos defensivos das comunidades locais e diminuindo o que Eric Wolf designa por mobilidade ou poder tácticos do campesinato perante as instâncias detentoras da autoridade⁴.

O alargamento e a intensificação da jornada de trabalho do grupo doméstico (dialecticamente articulados com a já referida ética camponesa do trabalho), a concorrência pela terra, a dependência em relação ao crédito e, já se vê, a hipervalorização da propriedade familiar da terra (a mais sólida garantia contra o pior dos riscos, que é, sem dúvida, o da não subsistência do agregado) constituem, no seu conjunto, resposta socialmente adequada aos riscos estruturais da condição camponesa. Porque os seus geradores se opõem flagrantemente aos que sustentam posições ideológicas e movimentos sociais e políticos em ruptura com o *statu quo*, não admira que tenham historicamente actuado como importante factor de consolidação dos blocos sociais no poder e de reprodução/conservação das relações sociais dominantes à escala da formação social.

³ Claude Faure, *Agriculture et Capitalisme*, Paris, Éditions Anthropos, 1978, p. 215.

⁴ Eric Wolf, *Les Guerres Paysannes du Vingtième Siècle*, Paris, François Maspero, 1974, p. 299.

Dado que, entretanto, a propensão conservadora do campesinato está associada, nos sistemas de disposições e automatismos prático-simbólicos de certas das suas fracções — as causas são, no essencial, as mesmas —, a uma tendência para a *automarginalização* em face da economia e da sociedade em geral — daí o termos aludido já à sua *assumida* impotência para intervir nos mecanismos de que depende a sobrevivência dos grupos domésticos —, não é legítimo inferir-se directamente, a partir de tal propensão, qual o lugar ocupado por essas fracções no espaço das lutas políticas organizadas (incluindo as eleitorais), pois que, quando não se confunde com fenómenos de apatia política, entre a síndrome conservadora do campesinato e os seus comportamentos políticos explícitos medeiam, em qualquer caso, complexos processos sociais de delegação/alienação de poder simbólico, que a análise não pode omitir.

A multiplicidade de situações que a submissão do trabalho camponês ao capital de sede urbano-industrial configura, envolvendo, nomeadamente, diferentes graus de inserção das unidades de produção familiares nos circuitos de troca desigual do sistema económico globalmente considerado, impede, porém, como já se deixou perceber, toda a espécie de generalizações sumárias a respeito deste processo ideológico de automarginalização, de que a apatia política, em geral, e o abstencionismo eleitoral, em particular, são importantes manifestações.

Assim, e preocupando-nos para já com situações extremas, importa distinguir com nitidez o caso das unidades mais claramente submetidas ao capital industrial, comercial e bancário que vão cedendo a este, através de mecanismos de dependência mais ou menos subtis, o próprio poder de afectação/disposição dos meios de produção, de um outro que, quase se confundindo com a situação de policultura de subsistência, tende a reproduzir-se à margem da circulação mercantil.

Se é verdade que a primeira situação, acentuando a visibilidade social das formas, agentes e mecanismos de exploração de certas fracções do campesinato, tende a gerar um sistema de disposições mobilizável por (em) um discurso politizado, definidor e racionalizador de interesses de classes autónomos, eventualmente em flagrante ruptura com o conjunto de operadores ideológicos consagradores da imagem de «independência» dos camponeses, encontramos, no segundo caso, perante circunstâncias virtualmente inversas destas: não só aumenta a probabilidade de esta imagem de «independência» encontrar sólidos «argumentos práticos» em seu favor, desse modo se inscrevendo duravelmente nos *habitus* de certas fracções do campesinato, como, correlativamente, se acentua, por parte dos seus portadores, a propensão para uma sistemática «surdez psicológica» relativamente a argumentos politizados.

Entre estes dois casos localizam-se, como é óbvio, situações intermédias de subordinação à lógica de reprodução do capital, que, ponderada a componente ideológica de retracção social que assinalámos, nos indicarão graus igualmente intermédios de propensão à abstenção e de auto-exclusão perante as lutas políticas organizadas, bem como um leque algo diferenciado de tendências político-ideológicas ⁵.

⁵ Apesar de indiscutivelmente sobredeterminada pela estrita lógica político-partidária, a pluralidade de associações e movimentos de agricultores, que em Portugal vão, como se sabe, da CAP à CNA e ao MARN, passando pelas UDAs, não pode deixar de estar associada a esta diversidade de situações e posições de classe.

De qualquer modo, não parece forçado concluir, uma vez mais com Claude Faure, que, «na sua maior parte, o campesinato não tem senão uma consciência *difusa* da sua submissão ao capital e, quando existe consciência, ela não envolve espontaneamente uma prática política ou sindical correspondente»⁶. O que não exclui — e os próprios termos de Faure têm suficiente latitude para o admitir — quer, excepcionalmente, a) a «acção de classe independente» (*independent class action*, como diz Theodor Shanin), polarizada em torno de organizações políticas e de uma produção simbólica autónomas, quer b) a possibilidade de a apatia política do campesinato, factor associado ao abstencionismo eleitoral, pouco se distinguir das formas de intensa (ainda que passiva) resistência, como, por exemplo, o sistemático não cumprimento de legislação emanada do poder central, quer, finalmente c) a «acção política orientada» (*guided political action*) por agentes e instituições exógenas, o que põe o problema da delegação de poder simbólico e da representação política das classes camponesas, que, no 18 Brumário, não escapou a Marx e adiante nos ocupará com certo pormenor⁷.

Ao dar conta da génese de certas disposições e tendências simbólico-ideológicas do campesinato (religiosidade, conservadorismo e apatia política, nomeadamente), preocupámo-nos, até aqui, sobretudo, com um conjunto de condicionamentos — implícitos e difusos — inscritos nas suas próprias condições económicas de existência: nessa perspectiva, demos particular destaque tanto à especificidade dos processos de trabalho em economia camponesa, como ao conjunto de relações de produção que a articulam, primordialmente através da esfera da circulação, com a formação social na sua globalidade.

Outros modos de inculcação ideológica e de controlo social — também difusos e implícitos, nalguns casos, mas articulando já, muitas vezes, autênticas técnicas de socialização explícitas e finalizadas — têm contribuído, porém, para a perpetuação das funções de conservação/reprodução de ordem social características do espaço rural.

Deixando para mais tarde as questões que, nesta óptica, se prendem com a acção pastoral e os discursos da Igreja, preocupar-nos-emos, por ora, com a acção pedagógica de âmbito familiar e com alguns fenómenos de circulação/imposição de sentido próprios do espaço social de vizinhança nas colectividades rurais — dois temas que afinal nos remetem, uma vez mais, para os traços específicos da «ruralidade».

A meticulosa e implacável repartição de tarefas produtivas entre os membros do grupo familiar camponês, circunstância de que em grande medida depende a sobrevivência económica deste, está normalmente associada a um rígido sistema de autoridade, o qual garante uma generalizada subordinação ao chefe de família em domínios que, entretanto, ultrapassam largamente os da divisão técnica do trabalho e se estendem desde as mais vulgares decisões sobre consumos pessoais e sobre a repartição entre tempos de trabalho e de lazer até aos que têm a ver com a definição de

⁶ Claude Faure, *op. cit.*, p. 214.

⁷ Cfr. Theodor Shanin, «Peasantry as a political factor», in T. Shanin (org.), *Peasants and Peasant Societies*, Penguin Books, 1971, e Karl Marx, *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, Coimbra, Textos Nosso Tempo, 1971.

dinâmicas afectivas tão «singulares» como a das inclinações amorosas e das escolhas conjugais.

Compreende-se que as síndromes conservadora e de auto-exclusão social das classes camponesas, no que ambas implicam de conformismo relativamente ao sistema estabelecido de hierarquias sociais, encontrem nesta estrutura de socialização intrafamiliar — também ela fortemente hierarquizada — óptimas condições de reprodução.

Mas a precoce aprendizagem das tarefas agrícolas e, de um modo geral, a coincidência entre a vida de família e a vida de trabalho impõem, neste plano, determinismos não menos imperativos. Através da acção pedagógica assim empreendida, é, aparentemente, apenas um conjunto de procedimentos técnicos aquilo que se transmite. Porque, contudo, a inculcação de tais procedimentos, polarizada pelo sistema de autoridade familiar, não passa normalmente pela explicitação dos princípios abstractos que configuram a sua racionalidade instrumental, antes se concretiza através da imposição de uma prática reiterada das tarefas⁸ e adquire os seus títulos de legitimidade em princípios de natureza ético-religiosa, de cujo cumprimento se faz depender a sobrevivência do grupo familiar, porque, em suma, certas dimensões desta pedagogia do agricultor constituem, afinal, um prolongado rito de iniciação às sagradas tradições ancestrais da comunidade, já se vê qual a eficácia de que a mesma se há-de revestir na reprodução global das relações sociais camponesas. Como nos diz Giovanni Hoyois:

Plus encore que des recettes pratiques, c'est une tournure d'esprit qui passe de l'un à l'autre. S'il existe un esprit paysan reconnaissable à la distance de plusieurs générations, c'est à cette filiation ininterrompue des schèmes mentaux et des comportements que cette continuité est due, aussi bien qu'à la constance des situations naturelles⁹.

Relativamente aos processos de produção, circulação/inculcação e reconhecimento de sentido que se configuram já no âmbito do espaço social de vizinhança das colectividades camponesas — e não há dinâmica familiar que com este se não articule intimamente — importa não nos deixarmos iludir relativamente ao significado teórico de dois traços que, em conjunto, lhe são frequentemente imputados: o do interconhecimento e o da homogeneidade cultural.

De facto, se há lugar para se falar, a propósito de tais colectividades, em interconhecimento, na medida em que a limitação e a «simplificação» do horizonte sensorial dos seus habitantes induzem um tendencial ajusta-

⁸ A sistemática utilização nas colectividades camponesas de formas de comunicação não escrita exige, de facto, que se recorra, neste contexto, à permanente «ratificação» do sentido dos vocábulos numa sucessão de situações concretas, tendo em vista particularizar a sua denotação específica e usos conotativos legítimos. Dado que, como observam J. Goody e I. Watt, este processo de «ratificação semântica directa» opera, entretanto, de «maneira acumulativa», então «a totalidade das relações símbolo-referente é vivida de forma mais imediata pelo indivíduo», que é, por isso, «socializado mais profundamente» (J. Goody e I. Watt, «The consequences of literacy», in P. P. Giglioli (org.), *Language and Social Context*, Penguin Books, 1975, p. 313).

⁹ Giovanni Hoyois, *Sociologie Rurale*, Paris, Éditions Universitaires, 1968, p. 135.

mento de *habitus* de classe (ou, por outras palavras, um *interhabitus* integrado) que torna reciprocamente transparentes os diversos modos como os agentes sociais produzem e atribuem sentido e se comportam, não é legítimo inferir daí, como por vezes se pressupõe ao falar de homogeneidade cultural, que sejam simétricos e harmónicos os sistemas de interação simbólica aqui existentes.

Por razões que, no essencial, se reconduzem a diferenças de posição na estrutura cruzada do capital económico e do capital simbólico e/ou a desigual disponibilidade social para estabelecer mediações entre as coletividades e o seu exterior, circunstâncias que definem as condições sociais de acesso ao discurso e acção legítimos e influentes e os modos da sua recepção/reconhecimento, está longe de ser igualitária a repartição do poder simbólico no espaço de vizinhança camponês: importantes, embora nem sempre explícitos, processos de delegação/alienação desse poder, que dialecticamente se articulam com os mais subtis fenómenos de imposição de crenças, constituem o sintoma mais dramático de tal facto.

2.ª PARTE

RELIGIÃO E POLÍTICA NOS CAMPOS: ELEMENTOS DE TEORIA E DE ANÁLISE EMPÍRICA

Após as considerações teóricas que desenvolvemos a propósito de certas predisposições e tendências simbólico-ideológicas das classes camponesas, procuraremos confirmar a seguir o sentido global das mesmas, através de informações empíricas de carácter sistemático fornecidas pelas sociografias eleitoral e religiosa relativamente ao caso português.

Não abdicaremos, porém, ainda aqui, de um ou outro percurso analítico essencialmente teórico: é que, embora certas regularidades estatísticas pareçam validar de forma imediata propostas interpretativas avançadas na 1.ª parte, veremos que só através de uma sensível complexificação das redes de relações conceptuais em jogo é possível controlar as virtualidades explicativas dos números encontrados.

1. PRÁTICAS RELIGIOSAS EM PORTUGAL

Um inquérito sobre a prática religiosa dominical, realizado em todas as dioceses do País em Fevereiro de 1977¹⁰, veio revelar tendências estatísticas que em nada contrariam a tese genérica da acentuada religiosidade camponesa.

Assim, enquanto à escala nacional não chega a ser muito elevado o índice de participação no culto dominical (de facto, só 28,7 % dos portugueses com idade igual ou superior a 7 anos assistiram à missa no fim-de-

¹⁰ Várias indicações sobre a metodologia deste «Recenseamento à prática dominical», assim como os principais resultados do mesmo, encontram-se em Augusto da Silva, «Prática religiosa dos católicos portugueses», in *Economia e Sociologia*, n.ºs 25/26, Évora, GIAS/ISESE, 1979.

-semana em que o inquérito se realizou)¹¹, tal índice revela-se significativamente superior nas dioceses do Norte e Centro do País — regiões onde, como se sabe, é também maior a incidência de relações sociais características de economia camponesa —, ultrapassando mesmo os 50 % em Viana do Castelo, Braga e Lamego.

Em flagrante contraste com esta situação, é de 8,1 % (Faro) o valor máximo observado a sul do Tejo, acontecendo, algo insolitamente, que, na extensa diocese de Beja, não participaram nos serviços religiosos dominicais mais de 3 % dos indivíduos maiores de 7 anos.

Tem interesse prolongar este confronto numérico noutra escala de observação: assim, fixando os 17 concelhos que integram o distrito do Porto¹² — unidade administrativa que, a vários títulos, aqui nos irá interessar —, é forçoso concluir-se que continuam a ser muito grandes os contrastes entre as proporções de missalizantes indicadas pelo inquérito, já que, de 18,5 % em Matosinhos, eles vão até 63,5 % em Penafiel (intervalo de variação: 45; desvio-padrão: 16,5), e de igual modo se mantém elevada a correlação entre as mesmas proporções e a incidência de relações de produção camponesas na agricultura — tomando a percentagem de campesinato¹³ na população activa em 1970 como indicador destas, o respectivo coeficiente de correlação é positivo e ascende a 0,49.

Quanto a este último ponto, foram idênticas as conclusões a que conduziu uma análise de correlação envolvendo, ainda à escala de observação concelhia, todas as dioceses do País¹⁴: tendo-se verificado que, «onde os níveis de assalariamento na agricultura são mais elevados, a prática religiosa tende a ser mais baixa» ($r = -0,68$), sem que, com isso, deixe de se manter positivo o índice de correlação entre proporções de missalizantes e percentagens concelhias de activos do sector primário ($r = 0,17$), pôde concluir-se, no referido estudo, que, «sobretudo quando exercidas por conta própria na pequena e média propriedade», as actividades do sector primário «parecem constituir ambiente favorável à prática religiosa».

Ninguém ignora que a participação na missa dominical não esgota o conjunto das chamadas «práticas religiosas» de uma população; sabe-se, por outro lado, que estas não são mais do que uma parte do complexo de crenças, normas e ritos constitutivos da sua religiosidade; nesta, finalmente — e o facto é também conhecido —, articulam-se elementos diferentemente avaliados pelas instâncias detentoras da autoridade religiosa legítima, não raro se falando, por isso, de um conflito entre religião popular e religião oficial.

Ora, se, como é compreensível, qualquer destas questões exige que as regularidades estatísticas anteriormente enunciadas sejam reproblematisadas

¹¹ O cálculo da população residente de referência com idade igual ou superior a 7 anos foi efectuado, no estudo de onde retirámos os índices de prática religiosa que iremos utilizar (Augusto da Silva, *op. cit.*), com base no Censo de 1970 e em estimativas populacionais para 1975 e 1980.

¹² Todos eles, com excepção de Póvoa de Varzim e de parte de Vila do Conde e de Santo Tirso (que se integram na arquidiocese de Braga), pertencem à diocese do Porto.

¹³ «Isolados» e «trabalhadores familiares não remunerados» na agricultura, segundo as estatísticas.

¹⁴ Augusto da Silva, *op. cit.*, pp. 83-115.

teoricamente, não há dúvida, por outro lado, que a própria lógica de análise em termos de correlações (pertinente em certo nível, ao desvendar algumas das condicionantes sociais objectivas das práticas religiosas) tende a omitir o processo de constituição do *habitus* religioso e de imposição de crenças, sem o qual resultam incompreensíveis a existência, reprodução e eficácia sociais daquelas práticas.

Regressemos, pois, aos números, com novas preocupações.

A primeira observação a fazer diz respeito ao acentuado contraste Norte-Sul em termos de participação nas cerimónias religiosas oficiais. Sem em nada pôr em causa o que já dissemos acerca da específica propensão das classes camponesas para a procura de bens sagrados — tal circunstância não pode deixar de ter, com efeito, repercussões sensíveis neste domínio —, não parece legítimo admitir que o referido contraste tenha directa e total correspondência no plano mais amplo da religiosidade, ou mesmo no de outras práticas religiosas.

Verifica-se, de facto, em regiões do Sul do País com os mais baixos índices de prática dominical, que está muito longe de ser excepcional o cumprimento de certos ritos de passagem com expressão religiosa (como, nomeadamente, o baptismo)¹⁵, que, de igual modo, aí se não perdeu ainda a referência ao sagrado em certas festividades cíclicas, que, finalmente, o quotidiano das populações continua impregnado de invocações a entes sagrados, mediadores entre os homens e a vontade divina¹⁶.

Dir-se-á, e com verdade, que, porém, a maior parte destas manifestações de religiosidade se processam à margem das instâncias e circuitos especializados na «manipulação legítima do sagrado» (Bourdieu), não fazendo qualquer sentido pretender compará-las com a assistência à missa, expressão pública de obediência às obrigações da religião oficial.

Só que — e é este o contra-argumento que a propósito se impõe — ninguém pode ignorar a notável incidência, no próprio seio das classes camponesas, de práticas denunciadoras de uma sistemática «manipulação profana do sagrado» e de uma intensa concorrência às instâncias legítimas de produção e difusão de bens religiosos, provinda quer de uma autogestão privada dos mesmos, quer da acção de intermediários clandestinos com o sobrenatural (superstições, feitiçarias, bruxarias e outros ritos pagãos).

Tanto Weber, como Marx, lembravam já que, por se encontrarem estreitamente ligados à natureza, fortemente dependentes, em muitos aspectos da sua existência, dos processos naturais e ainda pouco disponíveis, por razões económicas, para uma «sistematização racional», só excepcionalmente são os camponeses capazes de transcender o nível dos cultos agrários ou de uma rudimentar pragmática religiosa para se referirem a um conjunto organizado, fundamentado e racionalmente assumido de crenças e práticas religiosas. Não são raras, por outro lado, no âmbito das próprias instâncias religiosas oficiais, as alusões ao «primitivismo grosseiro» ou à vulnerabilidade das convicções camponesas neste domínio.

¹⁵ Enquanto, por exemplo, o índice de prática dominical na arquidiocese de Braga atinge, à luz do inquérito que temos vindo a referir, um valor 20 vezes superior ao da diocese de Beja, o volume de baptismos por 1000 habitantes em Braga é apenas 2,5 vezes superior ao da diocese alentejana.

¹⁶ Cfr., a propósito, José Cutileiro, *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa, Sá da Costa, 1977, pp. 331-379.

Nada melhor, entretanto, para avaliar todo o alcance do conflito entre formas de religiosidade popular e oficial no espaço social camponês do que tentar enumerar a longa série de concessões que à Igreja permitem compatibilizar o mínimo de dignidade e de fixidez doutrinária, requisito indispensável à sua legitimação social, com a necessidade de proselitismo, garantia de reprodução do campo religioso ¹⁷: são as romarias em que as cerimónias religiosas alternam com rituais pagãos, é a atenção cautelosa que a hierarquia concede, *malgré tout*, a «aparições», «milagres» e outras «duvidosas» irrupções de religiosidade popular, é a solenidade grandiosa que alguns padres põem na bênção dos campos e do gado, sucedâneo de seculares práticas pagãs dos camponeses, são as «promessas», orações e peregrinações colectivas «pela chuva e pelo sol», não raras vezes avalizadas explicitamente pelas autoridades eclesiásticas, é a condescendência destas perante a arreigada atribuição de virtudes mágicas aos «santos populares», etc.

Admitamos, pois, que, por diferentes que sejam — e são-no, de facto, sensivelmente — as estruturas de situações de classe e os perfis de procuras sociais de bens sagrados no Norte e no Sul do «país rural», não há entre as duas metades, no que respeita a níveis de religiosidade espontânea, discrepâncias tão acentuadas quanto os índices de prática dominical poderiam sugerir.

Como explicar, mesmo assim, que estes divirjam tão fortemente?

O facto tem, como se calcula, fundamentos históricos precisos que, entroncando nos tipos de povoamento e de implantação religiosa no território ibérico, nos remetem ainda para as vicissitudes da ocupação árabe e da recristianização, após a Reconquista.

Nesta perspectiva, parece claro que a origem do processo que fez das unidades agrárias e de povoamento das regiões nortenhas colectividades bem integradas em torno dos representantes locais da Igreja remonta a muitos séculos atrás. «Vivendo entre o povo e ligado a ele por íntimas relações em virtude do seu ministério» ¹⁸, o abade ter-se-á tornado, desde o período do domínio visigótico e ao longo dos séculos de formação e consolidação da nacionalidade portuguesa, «o centro de gravidade desses pequenos núcleos de população» ¹⁹. A autoridade moral sobre as consciências retirava-a, então, o pároco — diz-nos ainda Alberto Sampaio — mais do seu estatuto especificamente eclesiástico e, já se vê, das enormes riquezas e efectivo poder da Igreja do que, propriamente, de qualquer superioridade especial no acesso aos bens da cultura.

¹⁷ Este processo de adaptação litúrgica desenvolve-se sempre à custa e na sequência de um conflito entre os agentes cujo lugar no campo religioso induz não só a intransigente defesa da autenticidade da mensagem religiosa, como a sua difusão em moldes homogéneos, e aqueles, mais directamente confrontados com os interesses religiosos específicos dos diferentes grupos de leigos e com a concorrência de empresas de salvação alternativas, para quem o imperativo prático (necessariamente imediatista) de «cura das almas» (eventualmente reduzido à sua dimensão ritualista) sobreleva o da preservação e integral vivência dos valores e dogmas.

¹⁸ E também, sem dúvida, por força da participação do baixo clero nas tarefas da agricultura (neste sentido se inclina Georges Duby — cfr. *Guerriers et Paysans*, Paris, Gallimard, 1973, pp. 68 e 188 —, pensando, mais genericamente, na organização social da Europa do século VII até à consolidação do sistema feudal).

¹⁹ Alberto Sampaio, *As Vilas do Norte de Portugal*, Lisboa, Editorial Vega, 1979, p. 141.

E, se, ao longo da história portuguesa, conjunturas políticas houve em que os conflitos entre a Igreja e o Estado terão perturbado e alterado, ao nível local, os fundamentos e as formas de enquadramento religioso das populações, será duvidoso que, pelo menos no Norte, alguma vez ele tenha sido decisivamente abalado. Nem mesmo quando, como após a implantação da República, a ideologia e a acção política das fracções de classe governantes se radicalizaram em torno de posições e objectivos claramente anticlericais: apesar de não suscitarem resistência activa assinalável por parte das populações rurais, as medidas de então foram, com efeito, recebidas, nesta região sobretudo, com generalizado desagrado ²⁰.

Razões históricas e ecológicas, que mutuamente se foram reforçando, terão gerado, pois, na maior parte das colectividades camponesas do País, um elevado grau de intimidade nas relações dos sacerdotes com o corpo dos fiéis, em contraste nítido com o que, em princípio, ocorre nas dioceses do Sul. Que, por sua vez, essa intimidade está associada ao grau de conformismo das populações em face das obrigações da religião oficial é o que entretanto mostram, com alguma clareza, os coeficientes de correlação entre proporções de missalizantes e número de habitantes por paróquia ou entre aqueles e o número de habitantes por sacerdote: cálculos efectuados a este respeito revelam, de facto, que os referidos coeficientes assumem valores acentuadamente negativos ($r = -0,58$ e $r = -0,76$, respectivamente) ²¹.

Mas, para além dos números, importa precisar alguns processos sociais aqui implicados.

Por força de um deles, teremos de remeter o conformismo religioso das populações em causa para o específico funcionamento do sistema de *habitus* de classe nas colectividades camponesas. Sendo estas, normalmente, como vimos, sociedades de interconhecimento, em que é particularmente apurada a maneira como aquele desempenha as suas funções de auto-regulação social, potenciando a visibilidade e a previsibilidade recíprocas dos comportamentos e das sanções, já se vê que será escassa a probabilidade de ruptura prática com os princípios morais e cívicos (sempre, também, como iremos ver, políticos) que, no plano das instituições religiosas legítimas, respondem «metaforicamente» à procura directa de bens de salvação: transformando, deste modo, o pecado, que é essencialmente do foro íntimo de cada um, em delito perante e contra a colectividade, ficam criadas condições não só para que seja relativamente restrito o número dos não devotos, como ainda para que, através do exercício maciço de operadores ideológicos não incompatíveis e mesmo congruentes com os que definem o *habitus* religioso das classes camponesas, aquelas reproduzam este, reforçando a coesão do corpo dos fiéis.

Mas a densidade e a intimidade de interacções entre sacerdotes e paroquianos — que vimos serem importantes factores de conformismo religioso nas colectividades camponesas — não chegariam a adquirir aqui toda a sua eficácia social se não fossem dobradas, sempre, de relações de autoridade muito precisas.

²⁰ Cfr. A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Edições Ágora, 1973, p. 223.

²¹ Augusto da Silva, *op. cit.*, p. 90.

Tem de começar por explicar-se a tradicional autoridade dos sacerdotes nas colectividades camponesas em função das tendenciais compatibilidade e sintonia entre os sistemas de disposições de boa parte das classes e fracções de classe nos campos e a dinâmica de relações com o sagrado que a Igreja propõe.

Mas, a propósito, importa, além disso, realçar o conjunto de factores que permitem ao padre rural ser um agente social em «situação de monopólio de mediação», como diria Henri Mendras²²: mediador privilegiado com o exterior das colectividades, por força não só do capital social e cultural que normalmente detém (no que se não distingue, quanto ao essencial, de todos os «notáveis») ²³, como pela sua relativa independência perante os conflitos de interesses locais (o que o torna, em princípio, um representante insuspeito das populações), o padre é ainda, por virtude deste último factor, mas também por deter o monopólio de exercício do culto (elemento agregador por excelência das colectividades), um mediador entre as diferentes categorias sociais da aldeia.

O modo predominante de recrutamento do clero é outro aspecto a ter em conta. Se aceitarmos a afirmação de que o padre rural é, quase sempre, «um sujeito que a Igreja foi lá (às comunidades camponesas) buscar pequenino [...] para depois [o] pôr outra vez lá no sítio» ²⁴ — tese que, a verificar-se ²⁵, só adquire, aliás, toda a relevância teórica quando acompanhada de uma análise das condições sociais e das técnicas pedagógicas específicas ²⁶ que tornam mais provável a emergência de «vocações sacerdotais» no mundo rural ²⁷ —, se aceitarmos aquela afirmação, podemos assinalar outro importante factor da autoridade sacerdotal: a familiaridade

²² Henri Mendras, *Sociétés Paysannes*, Paris, Armand Colin, 1976, p. 104.

²³ Pode, de resto, admitir-se que alguma conflitualidade entre sacerdotes e membros das classes dominantes em colectividades camponesas radique precisamente, para além de outros factores, numa concorrência pela obtenção de um efectivo monopólio de mediação com o exterior das colectividades.

Sobre os conceitos de *capital cultural* e de *capital social* (o último dos quais remete para «o conjunto de recursos actuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento») leiam-se, de Pierre Bourdieu, os pequenos textos de síntese «Les trois états du capital culturel» e «Le capital social: notes provisoires», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Centre de Sociologie Européenne, n.º 31 (Novembro de 1979) e n.º 32 (Janeiro de 1980), respectivamente.

²⁴ César Oliveira e Fernando Belo, *Portugal: Cristianismo e Revolução Socialista*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1975, p. 33.

²⁵ Os poucos elementos informativos de que pudemos dispor apontam, de facto, nesse sentido (cfr., por exemplo, Rui Osório, «O clero do Porto envelhece e escasseiam os candidatos», in *Jornal de Notícias* de 4 de Novembro de 1979).

²⁶ Referimo-nos, é claro, ao trabalho de inculcação prático-simbólica e ideológica que compete ao pároco, mas também à acção pedagógica de âmbito familiar. Não tanto porque, através desta, se multipliquem as mensagens com intenção catequética deliberada, mas sobretudo porque, como vimos, o «*trésor de sagesse*» (M. Bloch) que se transmite nos seus circuitos de socialização predominantes incorpora como importante componente implícita e indiscutida um conjunto de noções, de operadores e de princípios de ordem metafísico-religiosa. O espaço doméstico da família camponesa, abundantemente povoado por símbolos e instrumentos de devoção, e, bem assim, os rituais de consagração de certos momentos dos seus tempos de trabalho e de lazer contêm, finalmente, também, níveis de organização de sentido cujo efeito de inculcação ideológica difusa não é de mais salientar.

²⁷ Charles Suaud, *La Vocation*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1978.

do padre com o sistema de *habitus* de classe da colectividade, circunstância que lhe permitirá rendabilizar a competência religiosa de que dispõe, sob a forma de um consentimento generalizado e indiscriminado (que, aliás, não exclui um anticlericalismo difuso e mais ou menos contundente).

E é inevitável que, aqui chegados, de novo os contrastes Norte-Sul quanto a níveis de conformismo religioso tenham de ser invocados.

É que, por força, sem dúvida, de uma estrutura de situações e de oposições de classe bem distinta da que genericamente caracteriza as colectividades camponesas, mas também em consequência (parcialmente derivada) das específicas condições de enquadramento religioso das populações nas dioceses do Sul do País, nenhum dos elementos de que fizemos depender a autoridade (e eficácia social) dos sacerdotes rurais aqui se verifica normalmente. Procurando explicar «a distância que existe entre a Igreja e os seus ministros e o povo» e o correspondente «declínio da fé» numa colectividade rural alentejana, admite José Cutileiro que para tal tenha contribuído a inexistência de um padre residente na freguesia durante mais de três décadas, após 1911. Faz notar, porém, que, retomada a presença permanente de um sacerdote no local a partir de 1945, nenhum «ressurgimento ou reforço do papel desempenhado pela Igreja na vida religiosa da freguesia» se verificou. E só a análise do «papel secular dos padres» fornecerá, segundo Cutileiro, a chave para a compreensão do fenómeno: sendo eles aqui geralmente forâneos, «no sentido em que não nasceram nem foram criados na freguesia», acontece que, em virtude da sua «condição social, educação e relações pessoais», «fazem parte do grupo preponderante, a par dos latifundiários, membros das profissões liberais e proprietários endinheirados» — não lhe é socialmente reconhecida, por isso, «a independência ideal de um verdadeiro forâneo»²⁸.

2. O COMPORTAMENTO POLÍTICO-ELEITORAL DAS CLASSES CAMPONESAS EM PORTUGAL

Procurando avançar na via que indicámos ao abrir esta 2.^a parte, reteremos no presente número algumas informações empíricas mais directamente relacionadas com as funções político-ideológicas de conservação da ordem social estabelecida que genericamente imputámos às classes camponesas, sem, no entanto, deixarmos de nos rodear das precauções teóricas que a própria índole das mesmas informações impõe.

Os dados fornecidos pela sociografia eleitoral portuguesa relativa ao período posterior a 1974 são, numa primeira leitura, inteiramente concludentes: assim, considerando como nível de observação o distrito, verifica-se que os coeficientes de correlação entre percentagens de «isolados» e «trabalhadores familiares não remunerados» (*grosso modo*, o campesinato) na população activa e percentagens de votações no bloco de partidos «mais à direita»²⁹ foram, nas eleições de 1975 e 1976, por exemplo, de

²⁸ José Cutileiro, *op. cit.*, p. 348.

²⁹ Tem-se consciência de que não existe fundamentação teórica irrepreensível para esta agregação de votos em termos de um bloco «mais à direita» (CDS + PPD/PSD; AD) e de um bloco «mais à esquerda»; só que o argumento continua seguramente a valer para qualquer compartimentação que se apresente como alternativa

0,785 e 0,799, respectivamente; por outro lado, a votação média nesse bloco atingiu, nos distritos com percentagens de campesinato superior a 20 %, os valores de 53,2 % e 57,4 %, enquanto nos restantes distritos não foi além de 23 % e 30,6 %. As conclusões não se alteram substancialmente quando a observação é feita à escala concelhia, verificando-se, por exemplo, no distrito do Porto que as votações no bloco de partidos mais conservadores são tendencialmente mais elevadas nos concelhos em que, precisamente, predominam formas e relações sociais de índole agro-rural.

Se, à primeira vista, os números confirmam, pois, as teses que avançámos acerca do espontâneo conservadorismo das classes camponesas, importa que não nos conduzam a conclusões precipitadas.

O primeiro ponto a clarificar diz respeito à própria transcrição da síndrome conservadora do campesinato sob a forma de «opções de voto». Ora, a este propósito, convém voltar a advertir de que, ao contrário do que muitas vezes se pressupõe nos trabalhos de sociologia eleitoral, essa transcrição não é linear nem directa, antes implica um processo de natureza social e simbólica muito complexo, cuja especificidade não se pode descurar.

Envolvendo agentes sociais destituídos, na sua maior parte, da capacidade mínima necessária para responder *em termos políticos*, isto é, optando entre os «programas» ou «linhas políticas» oferecidas e consagradas no «mercado» respectivo à questão *política* que ao eleitorado se coloca — por outras palavras: envolvendo agentes sociais destituídos de uma competência política específica³⁰ —, o comportamento eleitoral do campesinato não pode ser deduzido *imediatamente* da propensão conservadora que imputámos ao respectivo sistema de disposições e automatismos de classe.

E a prová-lo — uma vez mais com números, aliás — está o facto de este mesmo sistema ser compatível com *elevados índices de abstencionismo eleitoral*, ou mesmo, em certas circunstâncias (como iremos ver pormenorizadamente mais adiante), com *votações (induzidas) de sentido não conservador*.

Para perceber o fenómeno do abstencionismo, não basta assinalar que ele se deve a uma inaptidão, polarizada em certos grupos sociais, para formular juízos ou produzir comportamentos a partir de princípios de categorização e operadores políticos explícitos, pois tal inaptidão, que, como se sabe, está directamente ligada ao modo de repartição social do

Para além dos argumentos que no contexto da própria prática político-partidária se têm avançado em abono da nossa opção, parece, entretanto, não ser absurdo (ao menos enquanto os estudos de sociologia eleitoral não provarem o contrário) presumir que os dois blocos correspondem a sistemas de disposições e a operadores simbólicos relativamente diferenciados: reunir-se-iam no bloco «mais à esquerda» (que adiante designaremos por bloco B) os votos tendencialmente identificados com automatismos e posições ideológicas não só anticorporativistas, como mesmo anticapitalistas, juntando-se no bloco «mais à direita» (bloco A) as opções de voto claramente conservadoras e/ou para corporativistas, assim como as que se identificam com a urgência de modernizar, «em moldes europeus», o capitalismo português.

³⁰ A problemática de produção social de opiniões (e não opiniões) políticas que aqui se começa a esboçar desenvolvida ao longo deste texto inspira-se em vários trabalhos de Pierre Bourdieu, de que salientamos «Questions de politique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 16, Paris, Centre de Sociologie Européenne, Setembro de 1977. Também já a expusemos de forma mais sistemática em «Condição camponesa e abstenções», in *Praxis*, n.ºs 9/10, Porto, AEFEP/Cooperuni, Março de 1980, pp. 3-8

capital cultural, não conduz à abstenção, a não ser quando outra condição se verifica: a *interiorização* em certo tipo de agentes sociais, através de disposições e automatismos prático-simbólicos específicos, de uma real impossibilidade de participação na política. Para que a ausência de competência política conduza à abstenção é necessário, pois, que ela seja assumida como exclusão estatutariamente fundada, quer dizer, inevitável e legítima.

A questão já foi abordada quando atrás nos ocupámos da propensão para a apatia política de certas fracções do campesinato. Nesta altura apenas interessa adiantar, a título de confirmação empírica do que se disse, que a história eleitoral portuguesa recente mostra precisamente, quanto ao abstencionismo, que, *inversamente ao que ocorre com todas as outras grandes categorias socioprofissionais previstas nas estatísticas oficiais*, existe uma correlação *positiva* entre o volume de abstenções ao nível distrital e as correspondentes proporções de activos com profissão na agricultura, silvicultura, caça e pesca ($r = 0,42$ em 1975), sendo a referida ligação estatística significativamente *acentuada* ($r = 0,718$) quando se estabelece com o subgrupo dos activos agrícolas identificado com o *campesinato*.

Conduzida ao nível concelhio, a análise revela no distrito do Porto regularidades do mesmo tipo: assim, cálculos efectuados a respeito das eleições de 1975 e 1976 dão valores de correlação de 0,62 e 0,85 quando o grupo de referência é o campesinato, enquanto, por exemplo, no caso da categoria socioprofissional «operários qualificados, especializados e não especializados», desembocam em valores acentuadamente negativos ($- 0,63$ e $- 0,54$).

Regressando, entretanto, ao perfil de votos *expressos* do campesinato, será legítimo afirmar-se que, por contraposição ao que ocorre com o abstencionismo eleitoral, ele corresponde ao exercício racional e controlado de uma competência política perfeitamente adequada a dar conta, sob forma quase teórica, dos mecanismos e circunstancialismos que, segundo as definições dominantes, constituem «a política»?

Em boa verdade, não é necessário que a resposta a uma questão colocada em termos políticos, ou seja, formulada através de um discurso coerente e racional sobre os mecanismos políticos e o modo de os transformar, tenha, ela própria, de ser elaborada nesses termos; basta que, operada a transmutação da problemática política que a configura como questão quase teórica numa problemática essencialmente ética (de *etos*), que, por sua vez, a equaciona como questão prática, a resposta se possa deduzir dos sistemas de disposições e automatismos constitutivos dos «*habitus*» de classe dos respondentes, objectivamente ajustados, afinal, à globalidade das suas condições materiais de existência.

Que situações importa, entretanto, ponderar a este propósito?

Quando um mínimo de domínio dos princípios de análise política, permitindo reconhecer a questão e operar cognitivamente aquela transmutação, se conjuga com a pretensão autolegitimada à produção *autónoma* de opiniões políticas (facto socialmente determinado, também ele, na medida em que certas situações de classe tornam mais provável a emergência de tal pretensão — o que é o caso de larguíssimos sectores da burguesia e da pequena burguesia urbana, *mas não, seguramente, o de importantes fracções do campesinato*), estão criadas condições para a eliminação de «interferências» notáveis entre o sistema de disposições

de classe e o voto — a votação é, nessa altura, *autogerida* e tendencialmente «auténtica» (em termos de interesses de classe, e não por referência à questão efectivamente colocada).

Quando, por outro lado, o próprio processo de transmutação indispensável à mobilização da opinião tende (uma vez mais por razões sociais, é claro) a ser delegado em agentes sociais a quem são imputados, quer a capacidade para «entender de política», quer o poder para «defender os interesses» dos delegantes (notáveis, caciques, partidos, organizações profissionais ou sindicais, etc.)³¹, a votação é *heterogerida*, tornando-se dependente de um efeito de *imposição ideológica* vivido como *transmissão neutral de informação*.

As relações de patrocínio que envolvem, com especial incidência, certas fracções do campesinato dão lugar, como se sabe, a um dos casos mais espectaculares desta delegação/alienação de poder simbólico.

Em regiões onde o enquadramento religioso das populações atinja elevado grau de intimidade, como frequentemente acontece — já o sabemos — nas colectividades camponesas do Norte do País, verificar-se-á em princípio, por outro lado, uma elevada probabilidade de a propensão latente de certos grupos sociais para a apatia política ser contrariada por um processo de heterogestão de opiniões políticas centrado num agente social especialmente dotado, como é o sacerdote, para operar, de forma convincente, a transmutação de uma problemática política numa problemática *ética*.

Que este processo (indissociável, ele próprio, das razões que fundamentam a já referida autoridade do pároco rural) desemboque, com notável frequência, em «opções» de voto de sentido *conservador* — mesmo quando, de modo explícito, a mobilização política da Igreja se faça num sentido exclusivamente *antiabstencionista* — é algo que nos não deve surpreender, se atentarmos em algumas características do discurso religioso e da acção pastoral dominantes.

Como em qualquer manifestação de sentido que objectivamente se destina a obter um efeito de legitimação e adesão junto dos seus potenciais receptores, está em jogo, na mensagem religiosa e, de um modo geral, em toda a acção pedagógica da Igreja, um processo de manipulação simbólica que na operação de absolutização do relativo encontra o seu núcleo organizador. Consiste esta, no plano lógico, em, por um lado, estabelecer um isomorfismo entre a ordem natural e a ordem social, o que promove o *efeito de naturalização* simbólica dos destinos individuais (vivididos, a partir daí, como inevitáveis e suportáveis), e, por outro lado, em atribuir às leis de ordenação da natureza e da sociedade um fundamento sobrenatural (*efeito de consagração* metafísica das diferenças).

Porque, acima de tudo, se trata, neste processo, de impor «um modo de pensamento hierárquico», através do qual se postula a existência de «pontos privilegiados», «no espaço cósmico como no espaço político» — as palavras são de Pierre Bourdieu, mas facilmente se encontrariam posições semelhantes nos grandes clássicos da história das religiões, de

³¹ Semelhante assimilação, justificável não só pela natureza do problema que aqui se coloca, como ainda pelo tom eminentemente genérico de que se revestem as nossas observações, nada pressupõe, evidentemente, sobre a legitimidade, avaliada em termos políticos, da delegação. Essa é uma outra questão

Mircea Eliade a Roger Caillois³² —, já se vê que o contributo específico da religião para a consolidação da ordem social e política não impõe o recurso a um discurso explicitamente politizado, *pele menos em conjunturas políticas estáveis, isto é, de bloco no poder duravelmente consolidado* (a este propósito atente-se, por exemplo, em como, «não fazendo apelo senão a esquemas de pensamento religioso»³³, o discurso dominante da hierarquia católica contribuiu, em Portugal, para a consagração/sacralização do longo regime salazarista)³⁴.

Já em conjunturas políticas de *crise*, como são aquelas em que se tenha tornado iminente uma alteração da correlação de forças entre as fracções de classe dominantes ou em que esteja mesmo em jogo a própria transformação qualitativa do sentido da dominação de classe, não é de esperar que a participação da Igreja nos circuitos de inculcação de sentido continue a apoiar-se em estratégias discursivas e pastorais de tal forma discretas relativamente à consolidação dos poderes dominantes.

De facto, perante um espaço ideológico em que o quase monopólio das fracções de classe dominantes nos referidos circuitos tem de sofrer a concorrência de posições ideológico-discursivas dominadas, qualquer estratégia argumentativa que simplesmente se apoie em operadores e temas especificamente religiosos tende a arriscar a sua eficácia política, ou seja, tende, em última análise, a pôr em causa a própria estrutura de poder interior do campo religioso — pode tornar-se, em suma, uma estratégia autodestrutiva.

Em tais circunstâncias — e o período posterior a 25 de Abril em Portugal, com a persistente indefinição política a que deu lugar, é disso um bom exemplo —, as instâncias religiosas dominantes não abdicam de *tomar partido*. Recorrendo a subtis figuras de retórica, podem, para tal continuar a invocar-se determinados imperativos de ordem intemporal e puramente doutrinária, o que precisamente esbaterá a natureza política das mensagens; não se nega, além disso, que seja sobretudo por uma operação lógica de exclusão (a que corresponde um efeito *ideológico* de excomunhão), e não tanto pela identificação precisa daquilo por que se opta, que se concretiza a tomada de partido relativamente ao espectro de posições oferecidas no mercado político — nem por isso, insista-se, o discurso religioso deixa em conjunturas como estas de apelar a uma mobilização política de sentido muito preciso, mesmo quando, eventualmente, nele apenas pareça estar em causa «o combate à abstenção» e «o dever (sagrado) de votar».

Importa perceber, entretanto, por que motivo a transposição de oposições do domínio temporal em maniqueísmos de inspiração ético-religiosa se concretiza, nos discursos inconfessadamente políticos da Igreja, segundo graus diversos de explicitação.

³² Pierre Bourdieu, «Gênese e estrutura do campo religioso», in P. Bourdieu, *A Economia das Trocas Simbólicas*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, p. 71; no mesmo sentido, leia-se Mircea Eliade, *O Sagrado e o Profano — A Essência das Religiões*, Lisboa, Livros do Brasil, cap. I, e Roger Caillois, *O Homem e o Sagrado*, Lisboa, Edições 70, 1979.

³³ Jean Tavares, «Les paysans, l'église et la politique dans un village portugais», in *Les Temps Modernes*, n.º 360, 1976, p. 2235.

³⁴ Cfr., a este propósito, o bem documentado trabalho de Manuel Dias Igreja: *Que Opção?*, Porto, Anagrama, 1980.

Encontrá-lo-emos no modo de diferenciação *vertical* do campo religioso (ele próprio efeito e causa das formas e leis de divisão do trabalho de manipulação simbólica que lhe são específicas), já que são parcialmente distintos os conjuntos de determinações que, nos vários lugares estruturais do campo, definem o que em dadas circunstâncias pode e deve ser dito (ou não dito).

É assim que a propensão intelectualista, associada às posições mais elevadas da hierarquia, se converte numa tendencial elisão formal da dimensão propriamente política da mensagem (a função de legitimação do campo sobredetermina, neste caso, a sua função política), enquanto a propensão pragmática, associada às posições mais baixas da hierarquia, conduz, por seu turno, a explicitar a tomada de partido (sendo, pois, a função política que, neste caso, sobredetermina a função de legitimação do campo).

E, se quiséssemos explicar, de forma cabal, as razões da enorme eficácia política que as mensagens religiosas assumem nestas circunstâncias, teríamos de as descobrir no modo como justamente se repartem e se equilibram aquelas duas propensões entre os principais «centros emissores» do campo: assim, se o hermetismo das mensagens de natureza eminentemente doutrinária da hierarquia não põe globalmente em causa a eficácia política do aparelho, isso se deve ao sistema de tradução autorizada (nos dois sentidos da palavra, na medida em que é delegada e se reveste de autoridade) que selectivamente adequa a forma e o conteúdo das mesmas ao sistema de aspirações diferenciadas dos fiéis que os *habitus* de classe em última análise configuram; reciprocamente, se o pragmatismo da mensagem ordinária não chega a confundir-se com a mera declaração política — o que igualmente lhe roubaria a eficácia específica —, tal fica a dever-se ao facto de, apesar de tudo, nela jamais se deixar de invocar, com o mínimo de esoterismo de que em parte depende a sua credibilidade junto dos fiéis, a autoridade dos princípios abstractos consagrados pelas mensagens da hierarquia.

3. CONCLUSÃO

Após todas as considerações desenvolvidas nas 1.^a e 2.^a partes deste trabalho acerca de religiosidade e conservadorismo das classes camponesas, eis o que resumidamente nos parece dever concluir-se:

- a) Sendo o produto de uma mesma configuração estrutural de condições (económicas e extra-económicas) de existência, conservadorismo e religiosidade são também dimensões *indissociáveis* dos *habitus* de classe do campesinato;
- b) Entre tais dimensões e a estrutura de operadores ideológicos difundidos pelas instâncias religiosas dominantes existe uma efectiva *congruência simbólica*;
- c) Ao operar — inconfessadamente, quase sempre — a transmutação simbólica de uma hierarquia de valores do domínio do sagrado numa pragmática hierarquização de actos e atitudes dos fiéis homóloga da que é proposta pela ideologia dos poderes dominantes, a Igreja exerce nas colectividades camponesas, através da autoridade

intrínseca e delegada dos sacerdotes, um insubstituível papel na defesa dos valores tradicionais e na conservação da ordem social.

Transcendendo até certo ponto o alcance das proposições de sociologia eleitoral que reiteradamente têm assinalado a forte correlação entre índices de prática religiosa e percentagens de votações em partidos conservadores, embora também sem dar conta de todas as mediações agora sintetizadas, eis como num estudo sobre os factores do comportamento político-eleitoral da população portuguesa se retoma, na linguagem da co-variação, alguns traços do modelo teórico de causalidade exposto: «Sempre que se verifique, em meio rural, a coincidência de *elevada influência da religião* com situações de *pequena ou média exploração agrícola*, o comportamento político é claramente *conservador*», diz-se, a título de conclusão, no referido estudo ³⁵.

Não vamos, como é óbvio, afirmar que tal proposição confirma em absoluto as teses que desenvolvemos; porque a mesma resulta, entretanto, de um estudo que se apoiou no tratamento estatístico — sistemático e exaustivo, ao nível concelhio — de alguns indicadores económicos e sociais e dos resultados das eleições realizadas entre 1975 e 1979, muito do que dissemos adquire com ela, parece-nos, acrescida plausibilidade.

3.ª PARTE

TRANSFORMAÇÕES IDEOLÓGICAS NOS CAMPOS: O CASO DO CONCELHO DE PENAFIEL

De todas as questões que no número inicial deste trabalho nos propuemos abordar resta-nos aludir à que prevê ser o próprio exercício das funções económicas externas do espaço rural que, através da transformação da respectiva estrutura de classes, acaba por subverter os tradicionais padrões de comportamento político-ideológico das classes camponesas.

Tomando como referencial empírico o concelho de Penafiel, unidade administrativa do distrito do Porto geograficamente associada ao vale do rio Sousa, ocupar-nos-emos, na 3.ª parte do trabalho, do problema acima equacionado.

1. ESTRUTURAS SOCIAIS NO CONCELHO DE PENAFIEL

Confinando com o importante pólo urbano-industrial do Porto, mantém o concelho de Penafiel os traços que há já dezena e meia de anos levavam E. de Castro Caldas e M. Santos Loureiro a integrá-lo numa sub-região de características *agro-rurais* bastante acentuadas.

Assim, apesar de a proporção dos activos na agricultura, em constante declínio nos últimos anos, já não ocupar o primeiro lugar no conjunto da

³⁵ José Nunes Coelho, *Factores Explicativos do Comportamento Político da População Portuguesa — Análise Regional*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1980, p. 69 (sublinhados nossos).

população activa do concelho, continua o PAB a ser a parcela mais importante do produto interno bruto e a manter-se muito elevado, em relação ao que ocorre no âmbito do distrito do Porto, o valor do coeficiente produto agrícola bruto por unidade de superfície cultivada. Vários indicadores de outra natureza — número médio de estabelecimentos industriais por quilómetro quadrado, capitação do valor da produção industrial, formação bruta de capital fixo por estabelecimento, contributo concelhio para o total do valor acrescentado no valor da produção industrial do distrito — revelam, por outro lado, a particular debilidade dos recursos e estruturas produtivas *não agrícolas* de Penafiel.

Nem por, em consequência, persistirem na região as características morfológico-paisagísticas do «mundo rural» se pode, porém, concluir que esteja aqui implantado um sector agrícola progressivo, capaz de apoiar um processo endógeno de razoável crescimento económico. E não é só a baixa incidência de capital técnico na agricultura local que aponta nesse sentido: de facto, quer a reduzidíssima dimensão média das explorações agrícolas (1,5 ha), quer a crescente fragmentação das mesmas — dois outros aspectos denunciados pelas estatísticas disponíveis —, mostram com clareza que, permanentemente ameaçadas de inviabilização económica, muitas das empresas agrícolas da região só têm persistido graças à proletarização de, pelo menos, um membro dos grupos domésticos a elas ligados; o que não impede — outras medidas no-lo asseguram — que, ao lado de uma economia camponesa em desagregação, subsista um pequeno sector de agricultura relativamente viável, integrado por algumas explorações patronais e, sobretudo, familiares perfeitas.

A configuração das estruturas agrárias em Penafiel não pode dissociar-se, entretanto, do processo de transferência de força de trabalho que tem tido por origem a região. Ora, se nos limitarmos ao período posterior a 1950, diremos sinteticamente que as informações estatísticas oficiais revelam, no que se refere ao concelho, índices relativamente pouco elevados de emigração e, simultaneamente, valores indicativos de um êxodo interno bastante significativo; aproveitamentos estatísticos adicionais mostram, por outro lado, um nítido desfasamento entre activos residindo na área e aí exercendo a sua actividade, facto que se explica pela existência de migrações pendulares de grande importância (mais precisamente, apontam as estimativas a que procedemos para um fluxo de migrações pendulares envolvendo, em Penafiel, cerca de metade dos activos com profissão aqui residentes).

O fenómeno de crónica repulsão demográfica que nas últimas décadas tem afectado o concelho é inseparável entretanto de uma proletarização de activos de agricultura (ou, noutra fórmula, de uma semiproletarização de famílias camponesas) em processos de trabalho predominantemente não agrícolas, sem que, para muitos desses activos, e graças às já referidas formas de mobilidade geográfica de tipo pendular, isso signifique o abandono das tarefas do campo, as quais, por conseguinte, continuam frequentemente a ser exercidas a título secundário (agricultura a tempo parcial).

Nestas condições, compreende-se que a agricultura local, ocupando ainda, segundo o Censo de 1970, a título de profissão principal, cerca de um terço dos activos do concelho, seja cada vez mais uma actividade reservada a velhos de ambos os sexos, a jovens que a exercem sem remuneração e, no grupo dos adultos, a mulheres que paralelamente se dedicam

à absorvente ocupação de domésticas — isto, claro, para além dos agricultores (pequenos proprietários ou, em muitos casos, rendeiros) de «fim-de-semana». Parafrazeando a designação de «exército industrial de reserva», cujo grande mérito consiste em, de maneira expressiva, reconduzir um conjunto de fenómenos demográficos às respectivas determinações económicas e sociais, dir-se-á então que é um autêntico *exército agrícola de recurso*, tão dependente como o primeiro do processo de acumulação económica à escala nacional, o que permite a preservação de grande parte das explorações agrícolas familiares da região.

No plano da estrutura de classes e das relações de sociabilidade das colectividades locais, um numeroso grupo de camponeses parciais (cuja actividade principal se desenvolve sobretudo nos sectores industrial e terciário do Grande Porto) e uma franja social já inteiramente desligada das tarefas agrícolas emergem, entretanto, como força social particularmente influente.

2. PRÁTICAS SIMBÓLICO-IDEOLÓGICAS EM PENAFIEL: ALGUMAS TENDÊNCIAS

[...] a industrialização destas terras mais atrasadas constituiria uma barreira a essa avalanche enorme de gente que todos os dias vemos partir para os grandes centros industrializados, deixando a sua família, a sua terra e a sua casa, onde só podem passar a noite. Com esta ausência forçada, sofre o ambiente familiar, sofrem os filhos e a própria terra a que pertencem — arrefece o amor à casa, onde já não os prendem o jardim e as plantas do seu quintal, e até o bairrismo é sentimento que deixa de ter sentido, porque a noite que se passa em casa não o justifica... Porque não se há-de, pois, industrializar Penafiel?

Escritas num semanário penafidelense³⁶ numa altura (1961) em que o fluxo de migrações pendulares começara a adquirir grande relevo estatístico, assinalam estas palavras, com deslocado, mas sintomático dramatismo, algumas transformações objectivas no modo de vida das populações locais, que, volvidos vinte anos, e na ausência do desejado surto de industrialização no concelho de Penafiel, se terão por certo aprofundado.

No que, entretanto, respeita mais directamente às práticas simbólico-ideológicas, temática que aqui privilegiamos, todas as simplificações são abusivas, pelo que é a passo lento que importa avançar.

Assim, e no plano da religiosidade, embora sejam várias as vozes que garantem ser cada vez menor o número de adolescentes e jovens adultos que assistem à missa dominical, sabe-se igualmente que só por excepção deixam as crianças de frequentar a catequese e de fazer a comunhão e que, de um modo geral, continua a ser muito intensa e socialmente valorizada a vivência dos ritos de passagem e outras cerimónias festivas, na sua dimensão propriamente religiosa.

³⁶ «Indústria e progresso», in *Noticias de Penafiel*, n.º 24, ano I, 1 de Setembro de 1961.

Os índices de participação no culto dominical revelados pelo já referido inquérito de 1977 são, de resto, elucidativos do elevado grau de conformismo religioso das populações locais: com algumas flutuações ao nível de freguesia³⁷ (a que não deverá ser estranha a, também comprovada, desigual incidência do processo de semiproletarização dos grupos domésticos camponeses ao longo do concelho), elevava-se então a 63,5 a percentagem de missalizantes na região, valor não ultrapassado em toda a diocese e só excepcionalmente superado no conjunto do País.

Não custa admitir que a sensível e progressiva transformação de *habitus* de classe imposta pela intensidade e durabilidade das migrações pendulares se conjugue aqui com as crescentes dificuldades da Igreja em assegurar um satisfatório enquadramento religioso das populações, de forma a fazer baixar no futuro os índices registados em 1977. Mas em sentido contrário actuarão também, por certo, outras tendências: assim, conhecem-se algumas bem sucedidas acções de párocos locais tendo por objectivo adequar o serviço religioso tradicional às novas formas da procura de bens sagrados das classes ascendentes na região, não sendo, além disso, previsível que se venha a atenuar sensivelmente o efeito socializador da catequese e da educação religiosa de âmbito familiar, bem como a eficácia de certas formas de controlo social sobre os fiéis, ao nível de comunidades de vizinhança (um e outra reforçados, aliás, pela acção pedagógica difusa de um espaço físico densamente marcado pelos símbolos da religião).

Já, porém, no que respeita aos comportamentos político-eleitorais das populações concelhias, outras (e, porventura, mais claras) linhas de evolução parece estarem-se desenhando. Sem esquecer todas as limitações que atribuímos ao sentido das opções de voto, enquanto pretensa tradução directa das disposições e tendências simbólico-ideológicas fundamentais das populações, mas não querendo também, uma vez mais, menosprezar indicadores que, em certo nível, propiciam informações preciosas, preocupar-nos-emos a seguir com a história eleitoral recente do concelho de Penafiel.

Primeiro, os números, devidamente contextualizados:

	1975 (AC)			1976 (AR)			1979 (AR)			1980 (AR)		
	Abstencões	A	B									
Total	8,3	34,6	55,3	16,7	40,9	50,9	12,5	42,2	48,3	14,6	44,4	46,8
Distrito do Porto ..	6,2	38,3	53,6	11,8	43,1	50,6	9,4	44,4	51,7	10,9	46,6	49,3
Penafiel	5,0	56,8	32,4	11,0	56,8	33,5	7,8	50,8	42,8	10,3	53,0	41,0

Observações:

A: PPD + CDS + PPM (1975 e 1976); AD (1979 e 1980).

B: PS + PCP + MDP + UDP (1975); PS + PCP + UDP (1976); PS + APU + UDP + UEDS (1979); FRS + APU + UDP + POUS (1980).

Fontes: MAI/INE, *Eleição para a Assembleia da República — 1976*. MAI/INE, *1980 — Eleição da Assembleia da República*.

³⁷ De acordo com números amavelmente facultados pelo Secretariado Diocesano de Pastoral (Porto).

Verifica-se, perante o quadro, que as opções eleitorais dominantes no concelho de Penafiel apontam, por um lado, para um *predomínio, desde 1975, de votações no bloco A* (de sentido tendencialmente conservador, portanto) e, por outro, para uma tendencial perda de importância das mesmas votações, ou, se se preferir, para um *reforço das posições «mais à esquerda»* do leque político-partidário vigente.

Este último facto merece ser devidamente relevado, não só porque se traduziu, entre 1975 e 1980, num incremento de votações no bloco B, *em si mesmo muito sensível* (de 32,4 %, no início do período, elas passaram a 41 %, no último ano, tendo atingido, em 1979, 42,8 %), mas também porque, além disso, o referido aumento se processou *em contextos político-eleitorais* que, à escala do País ou mesmo do distrito do Porto, se foram revelando *cada vez mais favoráveis às forças políticas congregadas no bloco A* ³⁸.

Não é o primeiro dos enunciados traços da história eleitoral de Penafiel — a saber, o predomínio de votações de sentido conservador — que agora nos deve preocupar: ponderando o que nas 1.^a e 2.^a partes deste trabalho já dissemos acerca do conservadorismo e religiosidade (espontâneos e induzidos) do campesinato com o que ainda agora revelámos sobre as estruturas sociais e práticas religiosas no concelho, facilmente se encontrarão argumentos sociológicos para justificar semelhante tendência.

À luz da tese geral que enforma esta 3.^a parte, é, sim, o reforço das votações de sentido tendencialmente não conservador (o que nalgumas freguesias do concelho tem sido espectacular, ao ponto de já não serem raras as que apresentam votações maioritárias em B) que nos deve merecer a seguir toda a atenção.

Ora aproximar este fenómeno do já analisado conjunto de transformações operadas nas estruturas económicas e demográficas da região e, portanto, no sistema de lugares de classe que a caracterizam é uma operação inteiramente legitimada pela prática da investigação: tem-se demonstrado, de facto, que ao processo de proletarização está associado, de forma estatisticamente concludente, um aumento da propensão média para votações «à esquerda».

Não é, de resto, necessário um grau especialmente elevado de politização para os penafidelenses se darem conta do nexó causal entre estes fenómenos: assim, ouvir-se-á eles dizerem, com segurança, que as populações com acesso fácil ao comboio (um meio de transporte que aqui garante rápidas e económicas ligações ao pólo industrial do Porto) votam significativamente mais à esquerda. E os números confirmam de tal maneira esta intuição que, já nas eleições de 1975 e 1976, todas as freguesias possuindo estação ou apeadeiro ou deles pouco distando, e curiosamente *só elas*, tiveram votações no bloco B superiores ao valor caracterís-

³⁸ Embora, como é sabido, devam ser interpretados de acordo com uma lógica parcialmente diferente, a verdade é que os resultados das eleições presidenciais realizadas em final de 1980 sugerem que a referida curva tendencial não irá conhecer inflexões sensíveis no futuro. A perda de votos (em relação às eleições imediatamente anteriores) do candidato proposto pelas forças políticas congregadas em A foi, de facto, no concelho, bastante superior, em termos percentuais, à que se verificou no conjunto do País e no distrito do Porto.

tico do concelho. Em freguesias afastadas da linha do Douro, inversamente, tem sido notória a tendência para votações expressivas em A ³⁹.

A «elasticidade ideológica» revelada pelos números não pode, entretanto, entender-se — dada a reduzida amplitude do período em análise — em função apenas do efeito ideológico primário induzido pela reconversão de classe de um certo número de agentes sociais de origem camponesa: só, de facto, atendendo a vários processos sociais com incidência semiótica *que tenham amplificado aquele efeito* há-de o fenómeno em apreço tornar-se inteligível.

Alguns deles configuram-se, como se calcula, no âmbito do grupo familiar.

É que, de facto, nas freguesias do concelho mais poupadas à emigração definitiva de activos masculinos, mas nem por isso menos marcadas pelo fenómeno da proletarização em actividades não agrícolas e pelos correspondentes fluxos de migrações pendulares (para o Grande Porto, sobretudo), tende a verificar-se uma alteração da estrutura intrafamiliar de poder simbólico que, no domínio eleitoral, poderá traduzir-se não só por uma mobilização de agentes sociais inclinados, por tudo o mais, para a apatia política, como pelo declínio de posições ideológicas de sentido conservador; especificando um pouco mais: sendo elevada a probabilidade de os portadores de disposições e operadores ideológicos «mais à esquerda» (*grosso modo*, os assalariados — migrantes do concelho) virem progressivamente a ocupar posições elevadas no interior do sistema de poder das famílias de campesinato parcial e beneficiarem virtualmente, por isso, do processo de delegação simbólica referido, elevada será também a probabilidade de o processo de difusão e heterogestão de opiniões políticas subjacente à opção de voto de muitos membros do campesinato local redundar num reforço de votações no bloco B.

Circunstâncias diversas destas hão-de verificar-se, por outro lado, em famílias camponesas cujos membros tenham sido preservados de proletarização ou, não o havendo sido, tenham abandonado definitivamente as colectividades. Não nos alongaremos a mostrar porquê: envelhecidas e tendencialmente separadas das redes de interacção simbólica mais dinâmicas, restar-lhes-á acumular «*handicaps* comunicacionais» que lhes acentuam predisposições espontâneas, aqui já largamente analisadas, para a apatia política ou para votações de sentido conservador.

Múltiplas circunstâncias impedem, entretanto, que se possa afirmar a linearidade de tais tendências.

Assim, e quanto ao processo de delegação de poder simbólico invocado, não será indiferente, na sua concretização, que os elementos das famílias

³⁹ O raciocínio não se aplica à freguesia de Sebolido, que, apesar de distante da linha do Douro, se caracteriza por nela residir uma elevada percentagem de operariado ligado à extracção mineira.

⁴⁰ Para quem tiver dificuldade em dissociar a ideia de unidade administrativa ou mesmo geográfica da de homogeneidade social não deixarão de ser intrigantes, aliás, os fortes contrastes nas votações das várias freguesias do concelho. Ora, retendo, por exemplo, os resultados eleitorais de 1980, verifica-se que, enquanto em três freguesias do concelho as votações em B já ultrapassaram os 60 % (Bustelo, Novelas e Sebolido), não chegaram as mesmas a 25 % em Pinheiro, Portela, Valpedre e Vila Cova.

de campesinato parcial ocupando postos de trabalho não camponeses sejam ou não *chefes de família*. Por outro lado, a diversa *natureza e localização* dos processos de trabalho a que estão ligados os membros das famílias de campesinato parcial que desenvolvem actividades económicas não camponesas, podendo envolver desde o exercício de uma profissão pequeno-burguesa junto ao local de residência até ao de uma profissão operária nas grandes concentrações industriais do Grande Porto, implica que não seja uniforme o sentido das votações induzidas por este processo. O mesmo se diga de maior ou menor antiguidade do processo de reconversão social do(s) membro(s) não camponeses do agregado, pois que o facto promove reestruturações desigualmente drásticas dos *habitus* de classe associados à condição camponesa e, portanto, disponibilidades também diferentes para votações no bloco B.

As formas que o processo de delegação intrafamiliar de poder simbólico há-de assumir concretamente dependerão, por último, da própria importância relativa que os mecanismos de socialização desse âmbito adquirirem no conjunto dos circuitos de inculcação de sentido (mais ou menos formais) com incidência nas colectividades do concelho. Não será de excluir, por isso, que ocorram significativas sobreposições e outras tantas incompatibilidades entre os efeitos de sentido dominantes à escala familiar e os que são produzidos e legitimados noutros campos de socialização política, tais como o das solidariedades e oposições de vizinhança ou o das relações entre a Igreja e o corpo de fiéis.

Assim, as cisões que a transformação da estrutura de classes e do *interhabitus* vai impondo no sistema de relações e de solidariedades de vizinhança — circunstância que expressamente se manifesta na região através da renovação dos locais e formas de sociabilidade convencionais — hão-de reforçar a dualidade de dinâmicas de produção, circulação e reconhecimento de sentido polarizadas em torno das famílias camponesas, de um lado, e das de campesinato parcial, de outro, por darem origem a mercados de trocas simbólicas tendencialmente estanques. De facto, o espaço de socialização das famílias de campesinato «puras» é sujeito, nestas condições, e às vezes também por razões ecológicas que as reforçam, a um processo de guetização social que acentua todas as predisposições para a apatia política e para uma cosmovisão conservadora; não admirará, por outro lado, que a disponibilidade ideológica das populações do concelho para votações cada vez mais significativas (em termos relativos, pelo menos) no bloco B se alimente, em boa parte, da rede de interacções que se definem no espaço social e simbólico de vizinhança das famílias de campesinato parcial, da pequena burguesia ou mesmo de proletariado — mas, mesmo aí, só se a tal se não opuser notoriamente a concorrência de instâncias de inculcação ideológica com o poder e a implantação de que, por exemplo, a Igreja aqui dispõe.

Se, quanto a este último ponto, atentarmos, entretanto, em que o reforço de votações no bloco B se verificou em conjunturas em que o esforço de mobilização política da Igreja (de orientação conservadora, embora realizado em nome de um antiabstencionismo militante) atingiu em Portugal proporções talvez inéditas, parece ter de concluir-se que a transformação/diferenciação da estrutura de classes na região, impondo sem dúvida alterações significativas no perfil tradicional das procuras sociais de bens sagrados, terá alterado também a natureza e o grau de

receptividade do corpo dos fiéis às conotações políticas do discurso religioso dominante.

Enquanto os mais conformistas, que são também os mais predispostos para a apatia política e para a delegação/alienação de poder simbólico nos detentores tradicionais da «autoridade moral», nenhuma resistência oporão à implícita (e às vezes explícita) transmutação simbólica de uma hierarquia de valores sagrados numa hierarquia de posições políticas, são frequentes as denúncias do referido processo de manipulação simbólica por parte de agentes que, em virtude de circunstâncias que vão da idade à própria natureza dos processos de trabalho em que participam, mais propensos são a votações de sentido não conservador ou mesmo anticapitalista.

Quanto à relação de arrendamento, com efeitos tradicionalmente tão importantes na esfera da produção simbólica da região e, em particular, no processo de heterogestão de opiniões políticas, tenderá a mesma a ser subalternizada neste plano (apesar da notoriedade estatística de que continua a revestir-se, graças à persistência e difusão de formas de agricultura a tempo parcial) perante os efeitos de condicionamento e de inculcação inerentes ao fenómeno de semiproletarização das famílias camponesas da região.

3. CONCLUSÃO

Preocupados como estávamos, nesta 3.^a parte, em demonstrar a não imutabilidade das funções político-ideológicas tradicionais dos campos, retivemos sobretudo, nos números precedentes, o conjunto de processos de natureza simbólica que nos parecia configurarem mais directamente as transformações em causa.

Ora, quando nos preparamos para concluir, vale a pena chamar a atenção para um aspecto que, apesar de estreitamente relacionado com a referida dinâmica simbólica, nos remete, porém, mais propriamente, para a específica racionalidade económica das famílias de campesinato parcial.

Assim, para perceber, em particular, os comportamentos eleitorais no concelho de Penafiel, convém não omitir que a proletarização parcial de famílias que continuam ligadas à produção agrícola permite à globalidade do agregado, graças ao auto-aprovisionamento em bens alimentares, furtar-se a algumas das consequências mais penosas das crises económicas. Ora, enquanto, noutras regiões do País, os benefícios económicos obtidos pelos assalariados com o 25 de Abril foram, nos anos subsequentes, «engolidos» pela inflação, ter-se-á assistido aqui a um razoável amortecimento dos efeitos da alta de preços com base na preservação de uma agricultura a tempo parcial; se, no primeiro caso, a transformação política ocorrida em 1974, obviamente conotada com os partidos de esquerda, não pôde deixar de progressivamente se associar, no imaginário de certas fracções de classe, à deterioração real dos seus rendimentos, haverá, pelo contrário, no segundo caso factores que permitem continuar a pensar a referida transformação como um facto vantajoso em termos de orçamentos familiares disponíveis.

Não se ignora, por outro lado, que esta última circunstância pode, inversamente, contribuir para amortecer, no plano da acção político-sindical, certos processos reivindicativos conduzidos nos grandes centros urbano-industriais. Desse modo se recomporiam, embora sob novas e bem contraditórias formas, as funções do espaço social rural na conservação das estruturas sociais dominantes.

Mas esta questão, frequentes vezes abordada já pela sociologia, não obteria tratamento útil, no quadro de referência empírica que adoptámos, senão por intermédio de pesquisa especialmente elaborada com esse objectivo — o que obviamente está (esteve) fora do nosso horizonte de preocupações.